

BALANÇO DAS ATIVIDADES 2021

SUMÁRIO

CONTEXTO p. 3

**DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL** p. 5

REDES E PARCEIROS p. 8

**O QUE NOS MOVEU
EM 2021?** p. 12

FRENTE DE ATUAÇÃO p. 24

**COM O PÉ EM 2022
E NAS ELEIÇÕES:
#VOTECIDADESJUSTAS** p. 40

CONTEXTO

No Brasil dos últimos cinco anos, temos vivido uma realidade dramática forjada pelo conservadorismo das lideranças políticas no poder; pela escalada dos ataques à democracia; pelo desgoverno e ausência de políticas para enfrentamento da pandemia do COVID-19 e seus impactos decorrentes do agravamento da crise econômica - como os despejos e a fome; a aceleração do projeto econômico neoliberal e privatista; pela violação de direitos constitucionais conquistados desde a redemocratização do país, como o da previdência social e da demarcação de terras indígenas e quilombolas e, ainda; pelo imensurável desmonte institucional. A combinação desses fatores nos coloca diante de um triste cenário de décadas de retrocesso em relação à garantia de direitos, mas também da urgência de nos engajarmos e fortalecermos a luta por mudanças futuras.

Nesse contexto, muitas organizações da sociedade civil (OSC) que defendem direitos e a democracia, como o Instituto Pólis, já fragilizadas com a progressiva diminuição de apoios internacionais, têm sido severamente impactadas por problemas de sustentabilidade financeira, criminalização e ataques à sua atuação. Várias entidades - justamente aquelas, que

em momentos de crise, mais contribuem para soluções de justiça social e construção de políticas públicas de combate às desigualdades, após a pandemia, estão em risco concreto de encerrarem suas atividades. Fato extremamente preocupante que poderá trazer grande prejuízo para a defesa de direitos no Brasil. Diante deste contexto adverso, tem sido um desafio dar sustentabilidade às Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Um sinal de alerta foi aceso e, por conta disso, desde 2019 temos intensificado os esforços para fortalecimento institucional do Pólis.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Para elevar nosso patamar de resiliência e sustentabilidade financeira estamos aprimorando nossa capacidade institucional e os nossos sistemas internos, com o apoio atual de Pão Para o Mundo (Brot für die Welt). O fortalecimento institucional do Polis, além de objetivar a ampliação da nossa capacidade de captação de recursos, a partir da elaboração e formalização de novos projetos e apoios com outras instituições parceiras, busca também melhorar nossos fluxos de trabalho, de gestão de projetos e da política de pessoal, pautada pela inclusão e diversidade.

Trata-se de um esforço interno de aprimoramento de fluxos e processos que poderemos compartilhar com outras organizações e, a partir dessa *expertise*, trocar e oferecer apoio a grupos e entidades parceiras para que possam se fortalecer também, de modo que os ganhos sejam coletivizados.

Em 2021, avançamos nos seguintes aspectos:

- Elaboração de uma nova Política de Compras e Contratações de Serviços, mais adequada à legislação vigente e às práticas de compliance;
- Elaboração de uma nova Política de

Reembolsos, Adiantamento de Despesas e Pagamento de Diárias, uniformizando procedimentos;

—— Revisão de modelos de contratos de prestação de serviço, termos de autorização de imagem e som, termos de cessão de uso de produtos gráficos etc.;

—— Treinamento de funcionários do setor administrativo-financeiro sobre *compliance*;

—— Digitalização de documentos, agilizando as prestações de contas e relatórios financeiros;

—— Adoção de plataforma de assinaturas eletrônicas e gestão de contratos;

—— Elaboração de uma Política de Privacidade de Dados Pessoais (atendendo à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

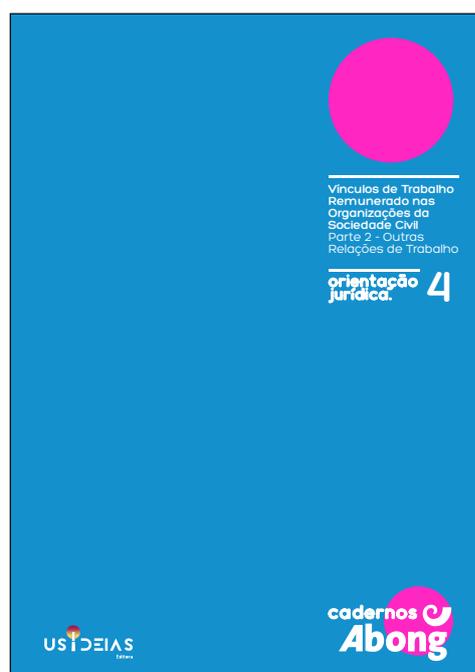
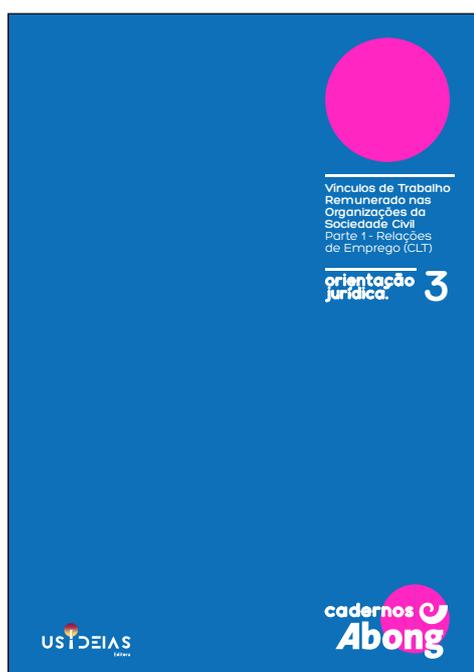
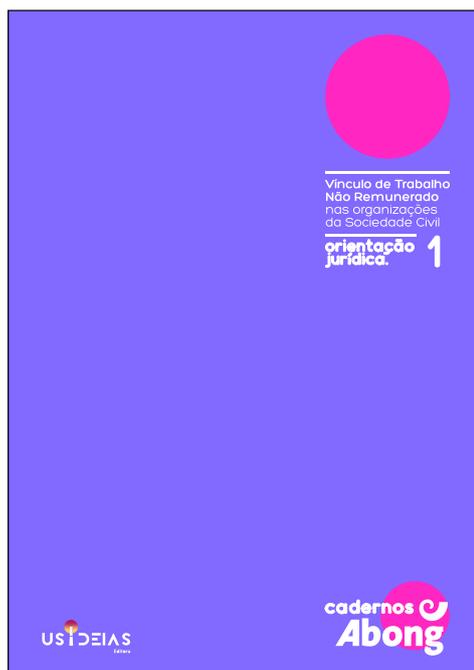
—— Contratação de consultoria para sustentabilidade financeira, captação de recursos e mapeamento de potenciais novos apoiadores no âmbito do Projeto Plataforma Global pelo Direito à Cidade;

—— Locação de salas para entidades com afinidade de atuação, aumentando a receita com aluguéis e criando um ambiente favorável a parcerias e projetos conjuntos.

A partir do trabalho realizado e avanços obtidos internamente, o Pólis passou também a se engajar nas redes das quais faz parte para compartilhar a experiência com outras organizações e produzir, por exemplo, materiais sobre temas jurídicos ligados à gestão.

Destaca-se a parceria com a Abong – Associação Brasileira de ONGs, que resultou na produção conjun-

ta de uma coleção de 9 cadernos digitais de acesso gratuito nos temas: instituição e formalização; relações de trabalho nas ONGs; voluntariado; contratações de serviços; proteção de dados pessoais; marco regulatório das organizações da sociedade civil - Lei 13.019/2014.



REDES E PARCEIROS

Nos últimos anos, a atuação em rede e articulações com organizações da sociedade civil o Pólis tem buscado fortalecer o diálogo transversal entre justiça urbana com outras pautas como justiça habitacional, justiça de gênero e racial, em especial, a justiça socioambiental e climática. E, a despeito do cenário dramático e da criminalização dos defensores de direitos humanos, as OSCs articularam-se melhor e passaram a atuar de maneira mais coletiva e uníssona.

O Pólis, – que em seus 35 anos de existência teve uma trajetória de luta pelo Direito à Cidade com uma abordagem voltada à construção e incidência direta sobre as políticas públicas – ficou mais próximo de organizações, coletivos e mandatos parlamentares progressistas. Entre os campos de atuação dessas articulações, destacamos: direitos humanos, defesa da democracia e combate às desigualdades; luta contra violações de direitos, em especial, direito à moradia pelo acompanhamento de despejos; atuação na defesa do direito à cidade e seus múltiplos componentes; da justiça socioambiental e climática; da segurança alimentar. E, mais recentemente, na luta anti racista.

REDES E ARTICULAÇÕES NACIONAIS

Campo de Atuação: Direitos Humanos, Democracia, Combate às Desigualdades

ABONG

Pacto Pela Democracia

ABCD (Ação Brasileira de Combate às Desigualdades)

Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político

Campos de Atuação: luta contra a violação de Direitos (Direito à moradia, Remoções) e defesa do Direito à Cidade, pautas do desenvolvimento urbano e habitacional

Plataforma DHESCA - Brasil

Campanha despejo Zero

Fórum Nacional de Reforma Urbana

Pacto pelas Cidades Justas

Fórum Aberto Mundaréu da Luz

Frente SP pela Vida

Campo de Atuação: Socioambiental, Justiça Climática, Segurança Alimentar

RAC Rede de Advocacy Colaborativo

Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança

Alimentar e Nutricional

Observatório do Clima

Aliança Resíduo Zero Brasil

Frente Brasileira Alternativas à Incineração

Campo de Atuação: luta anti racista

GT racismo ambiental (Conectas)

Multitemático:

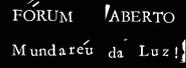
GT da Sociedade Civil da Agenda 2030

REDES INTERNACIONAIS

O fortalecimento das articulações internacionais entrou em nosso foco desde a década de 1990, quando o Pólis teve participação ativa na Conferência Rio-92. Posteriormente, fortaleceu-se com o ciclo dos Fóruns Sociais Mundiais e Fóruns Sociais Urbanos e, mais recentemente, com o ciclo da Conferência Habitat III e demais conferências internacionais.

No âmbito do direito à moradia adequada e à cidade, destaca-se a participação na Coalizão Internacional do Habitat e Plataforma Global pelo Direito à Cidade, esta última fundada e secretariada pelo Pólis desde 2014.

Dentro da agenda socioambiental, nossa atuação ganhou força dentro de GAIA (Global Alliance for Incinerator Alternatives), rede global na incidência por resíduo zero, que impede a implantação da incineração como tecnologia de tratamento de resíduos e foca na promoção programas, políticas, ações para compostagem e reciclagem de 100% da matéria orgânica e dos recicláveis.



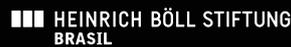
#breakfreefromplastic



Global Platform for the Right to the City
Plataforma Global por el Derecho a la Ciudad
Plateforme Globale pour le Droit à la Ville



INSTITUTO • BEĨ



O QUE NOS MOVEU EM 2021?

Desde 2019, temos apostado em centrar nossa atuação na construção de um pacto social em torno do Direito à Cidade de maneira que este conceito/prática seja incorporado pela agenda pública e governamental, através da compreensão social da importância deste direito como direito humano e da luta coletiva por sua garantia.

O Pólis, através da perspectiva interseccional, tem direcionado sua atuação para o enfrentamento das desigualdades estruturais a partir do Direito à Cidade. E por esse prisma, tem buscado a compreensão dos processos de produção do espaço urbano e da luta por justiça social, ambiental e urbana.

Nos termos da Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2006), esse direito é definido como “o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social”. Mais recentemente, no âmbito da Plataforma Global pelo Direito à Cidade, construímos coletivamente sua conceituação como sendo:

O Direito à Cidade é o direito de todos os habitantes, presentes e futuros, permanentes e temporários, de habitar, usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar de cidades, vilas e assentamentos humanos justos, inclusivos, seguros e sustentáveis, definidos como bens comuns essenciais para uma vida plena e decente.

Como um direito humano coletivo de caráter amplo e abrangente, o Direito à Cidade acaba geralmente entendido como um conceito muito abstrato pelos governos e pela sociedade em geral. Dificilmente é compreendido a partir de suas relações/ações/dimensões mais concretas. Para contornar essa dificuldade e mudar a percepção abstrata de Direito à Cidade junto à opinião pública e aos governos, nossa atuação vem sendo calcada numa abordagem deste direito no cotidiano, mostrando como múltiplos aspectos da realidade dos cidadãos, implicam objetivamente na concretização (ou não) desse direito.

Nas cidades brasileiras – a despeito de sua enorme diversidade levando em conta aspectos físico-ambientais, as formas de uso e ocupação do território e a economia urbana –, majoritariamente, são as pessoas negras quem mais sofrem com os impactos da urbanização excludente.

Mais sujeitas a impactos ambientais causados pelas chuvas, cheias e deslizamentos, agravados pela crise climática –, estas pessoas geralmente moram em áreas desprovidas de equipamentos sociais e infraestrutura urbana - como eletricidade, drenagem, cole-

ta de resíduos sólidos, saneamento básico, acesso à internet. Muitas vezes, encontram-se em situação de risco ambiental e estão frequentemente ameaçadas por deslocamentos compulsórios e, nas situações mais graves, sofrem com risco de morte.

Escolhemos dimensões concretas do Direito à Cidade para desenvolver nossos projetos de pesquisa, ativismo e consultoria que, inevitavelmente, foram atravessadas pela pandemia da COVID-19 e seus impactos.

Entre os **projetos** desenvolvidos em 2021, destacamos: “Direito à Cidade de Todas as Cores”; “Plataforma Global pelo Direito à Cidade”; “Juventudes nas Cidades”; “Campanha São Paulo Composta Cultiva”; “Contribuindo para o Banimento de Plásticos no Brasil”; “Urbanismo Social” e “Laboratório de Projeto e Planejamento para o Desenvolvimento Urbano Sustentável de Alagoas | ONU Habitat”.

DIREITO À CIDADE DE TODAS AS CORES

O projeto **Direito à Cidade de Todas as Cores** articula diversas iniciativas, como: pesquisa e produção de dados, comunicação, formação, atividades públicas e incidência em políticas públicas para o avanço do reconhecimento e efetivação do direito à cidade. A partir delas, busca-se potencializar as diversas lutas por direitos (nos temas de igualdade de gênero, igualdade racial, direitos das pessoas LGBTI+, direitos das juventudes, dentre outros) e pela garantia do regime democrático.



Apoiador: Brot Für Die Welt (Bread for the World)

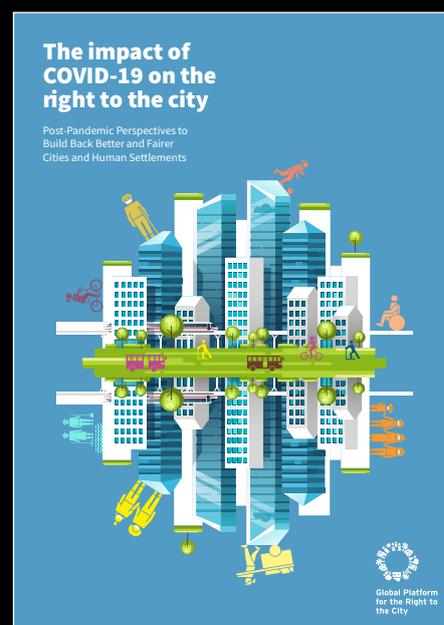
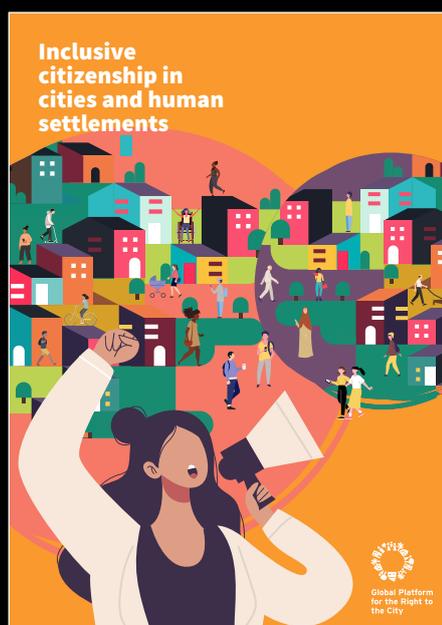
Duração: Jan/2021 – Jun/2024

Status: em andamento

PLATAFORMA GLOBAL PELO DIREITO À CIDADE

Rede internacional com mais de 250 membros voltada à incidência nas arenas globais e regionais, comunicação e produção de materiais sobre o direito à cidade e seus componentes. Por

meio da Plataforma Global pelo Direito à Cidade, foram desenvolvidos documentos temáticos sobre dimensões e componentes deste direito, objetivando trazer narrativas e casos práticos de implementação para influenciar os diversos atores nacionais e internacionais sobre o tema.



Apoiador: Fundação Ford
Duração: Jan/2017 – Out/2022
Status: em andamento

JUVENTUDES NAS CIDADES

Este projeto, apoiado por Oxfam Hong Kong, deu continuidade à ação implementada entre 2017 e 2019 por Oxfam Brasil e as organizações parceiras Ação Educativa, Criola, FASE, IBASE, INESC e Instituto Pólis. Ele buscou fortalecer as capacidades de jovens negras e negros e de coletivos juvenis das periferias urbanas das cidades de Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal para

a construção de planos de inclusão econômica e para incidir em políticas públicas locais e no processo eleitoral municipal de 2020.



Apoiador: Oxfam Hong Kong via Oxfam Brasil

Duração: Jan/2020 – Jun/2021

Status: encerrado

CAMPANHA SÃO PAULO COMPOSTA CULTIVA

A Campanha São Paulo Composta, Cultiva é formada por 58 organizações e redes da sociedade civil, que tem como propósito convocar o maior comprometimento da Prefeitura e da Câmara de Vereadores de São Paulo com as políticas públicas para a coleta seletiva, reciclagem dos resíduos secos e resíduos orgânicos, como sobras de alimentos e de poda, e ainda a promoção da agroecologia no município.



Apoiador: GAIA / UMI

Duração: Jul/2020 – Out/2022

Status: em andamento

CONTRIBUINDO PARA O BANIMENTO DE PLÁSTICOS NO BRASIL

O Projeto previu a realização de estudos de gravimetria, análise da rotulagem e auditoria de marcas de resíduos plásticos em duas cooperativas da cidade de São Paulo, realização de curso, webinar internacional e materiais informativos sobre os plásticos de uso único. A publicação foi lançada em Webinar Um Futuro sem Plásticos, realizado em 27 de outubro de 2021, e pode ser acessada no link <https://polis.org.br/publicacoes/rejeitos-de-plasticos-estudos-sobre-impactos-e-responsabilidades/>



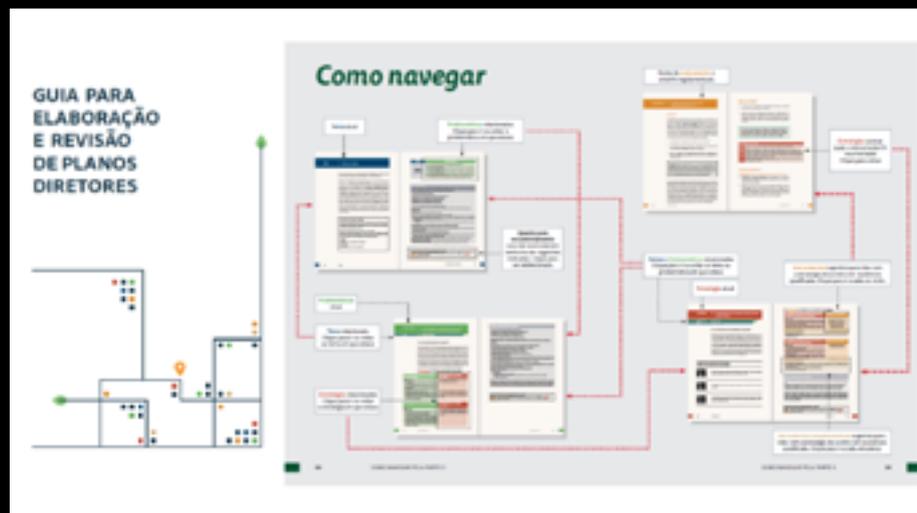
Apoiador: Fundação Heinrich Boll

Duração: Jul/2021 – Dez/2021

Status: encerrado

GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES

O Guia para a elaboração e revisão de planos diretores foi elaborado para orientar os municípios brasileiros. Foi desenvolvida uma metodologia para leitura do território, análise e utilização dos instrumentos adequados ao enfrentamento da problemática identificada. O Guia foi elaborado em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), na perspectiva de que o banco de dados do governo federal fique disponível para auxiliar os municípios na busca de informações já existentes para leitura do território. A GIZ e MDR trabalham para que o guia seja disponibilizado em formato digital e interativo.



Apoiador: Agência GIZ do Brasil

Duração: Set/2020 – Set/2021

Status: encerrado

LABORATÓRIO DE PROJETO E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL DE ALAGOAS | ONU HABITAT

O trabalho está sendo desenvolvido em parceria com a ONU para o Governo do Estado de Alagoas, buscando a partir da avaliação de dois Programas Estaduais - Vida Nova nas Grotas e Minha Cidade Linda - construir um Laboratório de planejamento e projetos para o desenvolvimento urbano sustentável de Alagoas. A proposta é um Laboratório que reúna entes públicos e privados para atuar conjuntamente no território de Alagoas.

Apoiador: ONU | Habitat (Maceió/AL)

Duração: Ago/2021 – Set/2022

Status: em andamento



URBANISMO SOCIAL

Em parceria com as organizações da sociedade civil do Pacto pelas Cidades Justas, temos desenvolvido Planos de Ação para três bairros de São Paulo: Jd. Lapenna (zona leste), Pinheirinho d'Água (zona noroeste) e Parque Novo Mundo (zona leste). Os planos, construídos a partir de um diagnóstico participativo, elaborado em conjunto com os moradores e interlocutores locais, tem como objetivo traçar caminhos e possibilidades para a implementação das ações prioritárias, indicadas pela população, para a melhoria da qualidade de vida, visando o desenvolvimento local e a qualificação do espaço urbano.



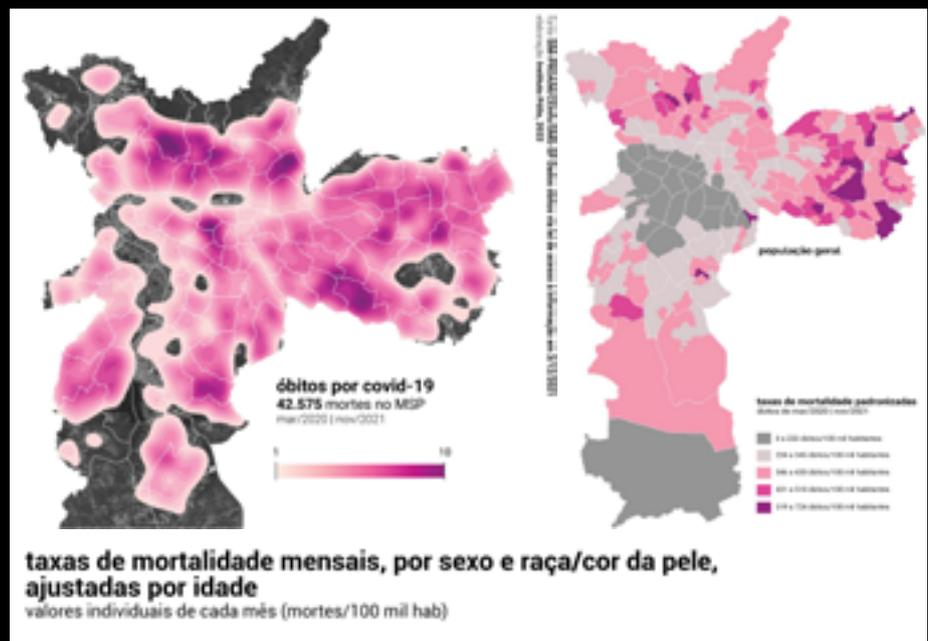
Apoiador: Instituto BEI

Duração: Ago/2021 – Set/2022

Status: andamento

PESQUISA TERRITÓRIO, RAÇA E COVID

Os estudos elaborados pelo Polis contam, desde 2020, com a participação de pesquisadoras e pesquisadores de outras instituições, especialistas nas áreas de saúde coletiva, sociologia e epidemiologia. As leituras territoriais a partir dos dados da pandemia da Covid-19 (casos, óbitos e vacinação) permitiram a compreensão dos impactos da pandemia no espaço da cidade de São Paulo. Os resultados dessa pesquisa subsidiaram a imprensa e contribuíram com o debate público acerca da pandemia e a assimetria dos impactos negativos da Covid-19 sobre os grupos mais vulneráveis.



Apoiador: CAU/BR

Duração: Jan/2022 – Jun/2022

Status: andamento

FRENTES DE ATUAÇÃO

Para além dos projetos e ações desenvolvidas pela equipe, a partir de processos de pesquisa; advocacy; ação comunicacional e formação temos produzido conhecimento, publicizado e incidindo sobre as agendas relacionadas às questões urbanas, socioambientais e climáticas, cada vez mais atravessadas – de modo indissociável – pelas perspectivas anti racista, feminista e LGBTQIAP+.

Essas diferentes frentes de atuação, no cotidiano dos trabalhos em desenvolvimento, se combinam e articulam de modo a impactar com maior potência no debate público e nas políticas públicas.

PESQUISA

As ações de **pesquisa** e **advocacy** estão na essência do Pólis e ao longo de mais de três décadas de atuação aprendemos que a articulação de sujeitos políticos da sociedade civil, consubstanciada com dados e leituras construídas a partir de nossas pesquisas, pode gerar resultados muito potentes.

Após deflagrada a pandemia, resolvemos abordar as múltiplas dimensões do Direito à Cidade, com as quais já vínhamos trabalhando no Projeto “Cidade de todas

as cores”, a partir de então considerando o agravamento das desigualdades territoriais, ampliadas pela crise sanitária instalada, pelo fortalecimento da nossa atuação nas redes e no desenvolvimento de pesquisas influenciando a opinião pública.

Em meio a pandemia do Covid 19, iniciamos a Pesquisa **Território, Raça e Covid** que desenvolveu análises dos dados da pandemia por (1) suas relações com as desigualdades socioterritoriais preestabelecidas, (2) sua contribuição no agravamento das iniquidades existentes, (3) suas dimensões de classe, raça e gênero, (4) seu padrão espacial de contágio e de mortalidade, assim como (5) sua correlação com outras características urbanas e vulnerabilidades sociais que também se expressam territorialmente.

A partir dos temas abordados pela pesquisa conseguimos incidir no debate público com dados da realidade e leituras bastante consistentes divulgadas na **grande mídia**, trouxemos luz ao debate sobre as desigualdades territoriais e a pandemia no Brasil. Os esforços de divulgação desses estudos teve como propósito incidir sobre tomadas de decisões públicas quanto às estratégias de combate e de controle epidemiológico, bem como, das estratégias de imunização da população.

ADVOCACY

Nos tornamos protagonistas em muitas ações na busca de direitos e medidas emergenciais para as populações mais vulneráveis junto ao poder público local e federal. Além das leituras produzidas pela Pesqui-

sa Território, Raça e Covid sobre o impacto da Covid 19 que subsidiaram discussões em torno de Projetos de Leis (nas três esferas) e influenciaram as decisões de políticas públicas locais, destacamos as seguintes ações:

Na **Campanha despejo Zero**, articulação nacional que reúne centenas de entidades, movimentos sociais e universidades na defesa da permanência das famílias em suas moradias, o Pólis contribui na coordenação e facilitação das reuniões nacionais. Estas ocorrem quinzenalmente para discutir casos de despejo em todo o país e trabalhar estratégias de enfrentamento à violação do direito à moradia. A mobilização dos dados da Campanha sobre despejos na pandemia, sua repercussão em importantes canais da mídia tradicional e a pressão junto ao poder judiciário e legislativos possibilitaram não só aprovação de PLs, mas também da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), medidas que protelaram milhares de ações de despejo.

Na campanha **São Paulo Composta Cultiva**, avançamos nas articulações diretas com vereadores/as e assessores/as para monitoramento das contribuições para o Projeto de Lei nº 410/2019 (que trata da reciclagem progressiva de resíduos sólidos orgânicos compostáveis na capital). O Polis foi responsável pela elaboração do documento técnico para subsidiar tomada de decisão e incidência na tramitação do projeto de Lei nº 410/2019 (que trata da reciclagem progressiva de resíduos sólidos orgânicos compostáveis na capital), mobilização e incidência no Programa de Metas (2021-2024) e renovação do contrato de con-

cessão da gestão de resíduos sólidos. Além disso, a campanha promoveu diversos eventos de formação e sensibilização da sociedade civil organizada e gestores públicos e produziu vídeos educativos:

<https://www.youtube.com/watch?v=5MolhxP9jaM>

https://www.youtube.com/watch?v=mSvrjdz3_B0&t=2s

Lei nº 14.216/2021, que durante sua tramitação ficou conhecida como PL dos Despejos (PL 827/2020), foi promulgada em 08 de outubro de 2021, após a derrubada, pelo Congresso Federal, do veto integral do Presidente Jair Bolsonaro ao texto da lei. De autoria do deputado federal André Janones (AVANTE), em coautoria com as deputadas federais Natália Bonavides (PT) e Professora Rosa Neide (PT), a aprovação da Lei nº 14.216/2021 é uma vitória no âmbito da Campanha Despejo Zero, na qual o Pólis é coordenador.

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828, medida cautelar incidental para prorrogar o prazo de suspensão de despejos e as desocupações coletivas em decorrência da pandemia até 31 de março de 2022. A lei foi prorrogada até outubro de 2022. A decisão é válida tanto para imóveis urbanos, quanto para imóveis rurais.

Projeto de Lei (PL 410/2019) aprovado em cinco comissões de mérito na Câmara de Vereadores de São Paulo, sendo duas delas, de mérito: Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e a Comissão de Administração Pública. Após aprovado em primeira votação no

Congresso de Comissões, atualmente, aguarda-se parecer da Prefeitura para concluir o processo com a sanção do Prefeito. Os conteúdos do substitutivo, elaborados pelo Polis, criam a obrigatoriedade da Prefeitura coletar diferenciadamente os resíduos orgânicos (50% do total gerado) e destinar para a compostagem em escala.

AÇÃO COMUNICACIONAL

Até 2021, a estratégia para disseminar e ampliar conhecimento e adesão ao conceito do Direito à Cidade tinha como essência um projeto comunicacional. Avançamos bastante, considerando que o cenário atual demanda linguagens novas, com mensagens diretas que permitam maior engajamento do público e que possam ser rapidamente replicadas. Desenhamos e passamos a promover nossa ação comunicacional a partir do tripé que articula imprensa, diferentes redes sociais (instagram, facebook, linkedin, twitter e whatsapp) e design gráfico.

Passamos a desenvolver formas de comunicação mais ajustadas às redes sociais e também conteúdos em formato audiovisual. Esse aprendizado não significa o abandono de produção de conteúdos aprofundados e publicações, mas sim na articulação de uma diversidade de linguagens definidas a partir do que se pretende comunicar e dos canais de difusão das narrativas pretendidas. Contamos com uma assessoria de imprensa contratada que é fundamental para inserção dos conteúdos de nossas pesquisas, especialmente, na mídia tradicional.

Em 2021, divulgamos 12 releases, tivemos 1.070 matérias ou menções na imprensa e 57 entrevistas concedidas.

Imprensa, destacamos alguns deles:

— [Reciclagem aumenta durante a pandemia | Rede Globo - SPTV | 9/1](#)

— [Estudo diz que vacinação em SP pode ser mais eficiente com recorte regional | Folha de S. Paulo | 16/2](#)

— [Mais de 100 entidades cobram a Prefeitura de SP por transparência na revisão do Plano Diretor | Folha de S. Paulo | 16/3](#)

— [Contra o racismo e os territórios de morte: as bolhas de imunização | Carta Capital | 19/4](#)

— [Prefeitura e debatedores divergem sobre revisão do Plano Diretor de SP na pandemia | Folha de S. Paulo | 28/4](#)

— [São Paulo deveria usar hortas e compostagem contra insegurança alimentar | Uol - Ecoa | 29/4](#)

— [Faxineira e pedreiro são principais vítimas na capital | Globonews | 1 de junho](#)

— [Entrevista: O critério de faixa etária para organizar a vacinação não basta. Ele é elitista e racista | The Intercept | 2/5](#)

— [Câmara aprova texto que prioriza domésticas na vacinação contra a Covid-19 | TV Cultura | 17/6](#)

— [Espetáculo teatral online discute realidade de sete territórios paulistanos | UOL | 16/6](#)

— Auditoria aponta que embalagens encaixam na reciclagem | 28/10

— Grupos organizam passeios para revelar história da presença negra em São Paulo | 19/11

A produção interna de conhecimento, seja teórico (texto, entrevistas, artigos de opinião, produção de dados e mapas, etc), ou gráfico (imagens, vídeos, decoração do prédio) sempre foi uma marca do Instituto Pólis. Com a integração entre a produção de conhecimento e a comunicação - através da interlocução cotidiana das áreas - foi possível potencializar a difusão de conhecimento produzido pelo Pólis. Aprendemos a fazer materiais mais didáticos, a potencializar nossa informação de maneira mais visual e palatável para um público leigo que não estava acostumado com os conceitos que trabalhamos.

Ao final de 2021, alcançamos 57.231 pessoas que nos seguem nas redes sociais.

Quem atingimos e influenciamos?

Nosso público nas redes é majoritariamente mulheres brancas, com graduação e/ou pós-graduação, entre 24 e 34 anos. Cada rede tem uma linha editorial.

Twitter

Número de seguidores: 8.300

Linha editorial: compartilhamento de opiniões e engajamento em ações em rede

Facebook

Número de seguidores: 21.200

Linha editorial: séries temáticas e

compartilhamento de notícias

Linkedin

Número de seguidores: 2.700

Linha editorial: assuntos transversais ao direito à cidade e participação da equipe em eventos externos

Instagram

Número de seguidores: 26 mil

Linha editorial: séries temáticas que abordam as pesquisas desenvolvidas pelo Pólis, assim como conteúdos de assuntos transversais ao tema do direito à cidade.

Em 2021 os temas de posts com mais alcance e engajamento no Instagram, nossa principal rede, foram:

Posts mais curtidos de 2021



dicionário do urbanismo 01

funções sociais da cidade e da propriedade urbana

Princípio constitucional vinculado à construção de uma cidade mais igualitária, justa e democrática, o que significa submeter o acesso e uso de propriedades ao interesse coletivo e não aos individuais do proprietário; A função social determina o que cada terreno deve ser: casa, prédio, comércio, parque.

institutopolis

institutopolis • Seguir

institutopolis A equipe do Instituto Pólis é multidisciplinar: ou seja, formada por profissionais de diversas áreas: arquitetura e urbanismo, direito, sociologia, administração pública etc. Nós, que produzimos as postagens que vocês leem nesta e em outras redes sociais, somos da equipe de comunicação, formada por duas jornalistas e uma designer. Isso significa que, muitas vezes, quando explicamos algo por aqui, aprendemos junto a vocês :)

Foi pensando nisso que resolvemos criar o "dicionário urbanístico para leigos", feito para pessoas que, como nós, também não são da área e, às vezes, sentem dificuldade em entender a sopa de letrinhas de termos e siglas das lutas urbanas, arquitetônicas e

👍 💬 📌

1.363 curtidas

1 DE JUNHO DE 2021

Entrar para curtir ou comentar.

Posts mais comentados de 2021

institutopolis • Seguir

institutopolis Direito à cidade é lutar por centros urbanos livres de opressões e discriminações, nos quais todos possam amar e existir sem medo de ser quem são.

É acreditar e construir espaços onde todas demonstrações de amor e afeto sejam legítimas. Espaços nos quais o beijo, o abraço ou o caminhar de mãos dadas em público não sejam direitos reservados apenas a casais heterossexuais, mas estendidos a todas e qualquer pessoas, independente de orientação sexual ou identidade de gênero.

Hoje, queremos que a sensação de medo e insegurança constante que acompanha as pessoas LGBTQIA+, seja superada por um sentimento de amor e

👍 💬 📌

1.369 curtidas

17 DE MAIO DE 2021

Entrar para curtir ou comentar.

institutopolis • Seguir

institutopolis **ERRAMOS:** nas imagens, a data do curso Cidades Feministas está errada. Na realidade, ele acontecerá entre os dias 20/09 e 04/10.

A cidade que queremos é antirracista, feminista e LGBTQIAP+! O principal objetivo do Ciclo Cidades Livres é promover um olhar interseccional para as desigualdades, entendendo como elas se dão e de que maneira são reivindicadas e implementadas transformações positivas nas cidades. O ciclo está dividido em três cursos, todos partes de um mesmo trajeto: Cidades feministas, Cidades antirracistas e Cidades LGBTQIAP+. Os cursos são independentes e podem ser realizados em qualquer ordem.

👍 💬 📌

25 DE AGOSTO DE 2021

Entrar para curtir ou comentar.

outubro · verselha 61

se te despejassem da casa onde você vive, neste instante, para onde você iria?

Instituto Pólis

Instituto Pólis • Seguir

Instituto Pólis Desde o início da pandemia, os despejos cresceram mais de 310% no país. De acordo com os dados da @companhadepespejados, entre março do ano passado e agosto deste ano, pelo menos 19 mil famílias foram despejadas e outras 93 mil ameaçadas de remoção. Isto em meio a uma crise sanitária na qual a melhor alternativa para proteger a si, e às demais pessoas, é permanecer em casa.

Frente à avalanche de remoções, movimentos populares, legisladores e organizações sociais se uniram para garantir o que deveria ser de toda e qualquer pessoa por direito: um lugar para morar e atravessar a pandemia com condições dignas. O #PL827/2020, nasceu então, em março do ano passado, com a intenção de

21 DE OUTUBRO DE 2021

Entrar para curtir ou comentar.

Posts mais compartilhados de 2021

ATHIS **direito à moradia** 9 encontros, segunda e quarta 02/06-30/06, 19:00-21:00

curso online

ATHIS para o direito à moradia

o papel de profissionais de arquitetura e urbanismo em conflitos pela terra urbana

Instituto Pólis

Instituto Pólis • Seguir

Instituto Pólis Está no ar mais um curso da Escola da Cidadania! Realizado em parceria de fomento com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP (@causp_oficial), "ATHIS para o direito à moradia" discutirá o papel de profissionais de arquitetura e urbanismo em conflitos pela terra urbana e pelo direito de permanência.

O curso é voltado para estudantes e profissionais de arquitetura e urbanismo, mas qualquer pessoa com interesse pelo tema pode se inscrever (não há restrições quanto à formação). As aulas propõem reflexões e debates sobre instrumentos e metodologias de intervenção em diversos tipos de conflitos pela terra urbana e na luta pela moradia digna. A apresentação [desse conflito](#) será feita a partir de

1 DE JUNHO DE 2021

Entrar para curtir ou comentar.

500 MIL MORTES

você realmente compreende o que isso significa?

Instituto Pólis

Instituto Pólis • Seguir

Instituto Pólis No último sábado, o Brasil alcançou a trágica marca de 500 mil mortes causadas pela covid-19. Meio milhão de famílias que tiveram seus sonhos, histórias e potências interrompidas por uma doença para qual já existe vacina. Em nossas mentes, acostumadas com notícias diárias de mortes, pode ser difícil entender a dimensão desse número: 500 mil pessoas equivale a toda a população de Vitória, no Espírito Santo, ou de Rio Branco, no Acre. Ou ainda, a cerca de 1/3 dos habitantes do estado de Tocantins, ou 70% de população do Roraima. É mais do que a soma dos habitantes das 257 menores cidades brasileiras.

500 mil pessoas, vítimas de uma [doença](#) que poderia e deveria ser evitada.

1.713 curtidas

21 DE JUNHO DE 2021

Entrar para curtir ou comentar.



Comunicação Institucional

Em 2021, tivemos como prioridade estreitar os laços com os associados, parceiros institucionais e público geral do Pólis. Para isso, organizamos nossa lista de e-mails e contratamos a ferramenta de e-mail marketing Mailchimp, com o objetivo de sempre informar nosso público sobre as principais atividades da organização.

O público geral também pode se inscrever na lista por meio de um formulário pop-up no site e também por link embedado em nossas redes sociais. Começamos nossa lista com 2.047 contatos, e ao final de 2021, crescemos para 4.411 pessoas.

Além de e-mails frequentes com avisos de inscrições de cursos, webinários, eventos e lançamentos de estudos e pesquisas, também usamos a lista de emails para inaugurar o envio de newsletters mensais, que reúnem os principais destaques de nossa atuação durante o período, ampliando a comunicação sobre nosso trabalho com o público em geral.

FORMAÇÃO

A incidência do Pólis junto a políticas públicas e iniciativas da sociedade civil que avancem na efetivação do Direito à Cidade é parte de uma disputa de narrativa que também deve estar articulada com processos de formação.

A partir de um enfoque estratégico de conjunto de ações, temos buscado ampliar a difusão de conhecimento e o debate público sobre o direito à cidade e à justiça socioambiental e climática. Para isso, apostamos no fortalecimento da **Escola da Cidadania**, comprometida com a pluralidade do pensamento crítico, com a valorização dos diferentes saberes e com a busca pela transformação social a partir da educação popular.

No âmbito da Escola da Cidadania, em 2021 foram realizados:

14 cursos

109 aulas

239 horas

142 educadoras e educadores

8 parceiros

5.802 inscrições

Os cursos se dividiram em quatro eixos temáticos: Direito à Cidade; Políticas e Cidades; Cidades e Desigualdades e, ainda, Justiça Socioambiental e Climática. Eles foram realizados por iniciativa exclusiva da Escola da Cidadania ou em parceria com outras organizações.

Os cursos realizados com as organizações parceiras foram, em sua maioria, gratuitos. Essas iniciativas contaram com organizações como: o Fórum Nacional de Reforma Urbana, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, a Plataforma Global pelo Direito à Cidade, a Fundação Tide Setubal, a Fundação Heinrich Böll e o LabCidade, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Todas elas contribuíram para o fortalecimento de nossas redes e ampliação do escopo de influência do Pólis, trazendo um público maior e mais diverso para nossas ações.

Destacamos os seguintes Webinários e cursos realizados em 2021:

— **A importância da educação urbanística para o direito à cidade** Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=GxqTMyag-VE0>

— Na Subida do Morro é Diferente: Realidades das Juventudes em Pandemia

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xagN0LMY0zU>

— Moradia de iniciativa comunitária – um caminho para futuros urbanos mais justos e solidários Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mF6w_8Xq5Wo

— Esperançar: a cidade como escola e outros caminhos para a cidadania (evento de celebração do centenário de Paulo Freire)

Disponível em: <https://youtu.be/msmycyCVP>

— Soluções Baseadas na Natureza: cidades verdes começam com mentes verdes

— Mergulhando no Direito à Moradia;

— Direito à Cidade, Políticas Públicas e os ODS

— Decifrando Jane Jacobs

— Memória, Povos Negros e Territórios

— Cidades, Planejamento Público e Combate às Desigualdades, voltado prioritariamente para gestores públicos

— ATHIS (Assistência técnica em habitação de interesse social) para o direito à moradia Disponível em: <https://polis.org.br/projeto/athis-direito-a-moradia/>

— Políticas Locais e ODS

— Políticas para a Moradia Adequada e ODS

— Um Futuro sem Plásticos: soluções para o banimento de descartáveis

— Cidades Feministas

— Cidades Antirracistas
— Cidades LGBTQIAP+

As atividades que contaram com apoio financeiro de diferentes parceiros possibilitam a ampliação bastante significativa do número de bolsas disponibilizadas aos participantes dos cursos pagos, impactando diretamente na composição de nosso público.

Em 2021, 4.478 pessoas passaram pela Escola da Cidadania e 85% delas foram contempladas com bolsas. Nosso público foi majoritariamente jovem (60% entre 21 a 33 anos) e feminino (60%). As pessoas LGBTQIAP+ somaram cerca de 28% do total de participantes. E 37% das pessoas que participaram das atividades de formação se declararam negras (pretas e pardas). A maioria dos participantes da Escola da Cidadania é engajado, e já atua em algum movimento, coletivo ou organização da sociedade civil.

A retomada das atividades da Escola da Cidadania em 2021, em decorrência da pandemia do covid 19, ocorreu exclusivamente de forma remota e possibilitou o alcance de pessoas em todas as 27 unidades federativas do Brasil. Mais um importante ganho para a difusão da agenda do Direito à Cidade e suas transversalidades.



No âmbito internacional, com o objetivo de contribuir para o surgimento de novas utopias emancipatórias e pactos sociais por um futuro melhor nas cidades e assentamentos humanos, realizamos junto com a Plataforma Global pelo Direito à Cidade o Curso Decodificando o Direito à Cidade. Por meio de uma abordagem caleidoscópica, o curso apresentou diferentes perspectivas e iniciativas de efetivação do Direito à Cidades, além de promover o encontro de atores de diferentes regiões do mundo. Foram 07 aulas online com tradução simultânea e abertas para o público em geral, somando 464 participantes de 47 países ao redor do mundo. Todas as aulas foram gravadas e estão disponíveis no youtube.

COM O PÉ EM 2022 E NAS ELEIÇÕES: #VOTECIDADESJUSTAS

Mais do que nunca, temos visto aflorar o debate sobre a sub-representação de mulheres negras, mulheres indígenas e pessoas trans nos espaços de poder político. Para avançar na construção coletiva de uma agenda sobre Direito à Cidade é preciso ouvir e amplificar as vozes dos grupos e territórios que estiveram à margem dos processos de produção e gestão das cidades brasileiras e que lutam para transformar esta lógica.

Para que cidades sejam menos desiguais – com a universalização de acesso a serviços, infraestruturas, moradia, manejo adequado de resíduos, segurança alimentar participação das juventudes e sua inserção no mercado de trabalho, entre outros direitos humanos – é preciso disputar o modelo de produção do espaço urbano a partir da ideia de justiça urbana, materializando o direito à cidade através de suas intersecções com justiça habitacional, justiça de gênero e racial, justiça socioambiental e climática, dentre outras.

Nossa esperança nos faz fortes para lutarmos para avançarmos com nosso compromisso com cidades mais justas, democráticas, inclusivas e comprometidas no enfrentamento das desigualdades e da crise climática.

Para isso é crucial que candidaturas de 2022 de mulheres pretas, indígenas e pessoas trans para o legislativo apresentem programas de defesa do direito à cidade. Construimos uma campanha institucional com o objetivo de engajar mobilizadores de diferentes territórios e múltiplas organizações parceiras em favor de candidaturas de mulheres negras, indígenas e de pessoas trans comprometidas com o direito à cidade.

[Acesse nosso site e saiba mais.](#)

